#### ANEXO I

# DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A POSSE E EXERCÍCIO NO CARGO DE JUIZ(JUÍZA) SUBSTITUTO(A)

### 1) Em 2 (duas) cópias.

- a) Registro Geral (RG) / Identidade;
- b) Certificado de alistamento militar (para candidato do sexo masculino);
- c) Certidão de Quitação Eleitoral;
- d) CPF;
- e) Diploma de bacharel em Direito, devidamente registrado no Ministério da Educação;
- f) Documento de comprovação de mudança de nome (no caso de casamento, separação, etc.).

# 2) Apresentação de original, acompanhado de cópia.

- a) PIS ou PASEP;
- b) Comprovante de residência atualizado;
- c) Comprovante de abertura de conta-corrente em agência do Banco do Brasil ou apresentação do cartão, podendo ser apresentado até a ocasião da data de início do exercício.

#### 3) Documento original.

- a) Ficha de Atualização Funcional FAF (formulário disponível no portal do TJCE);
- b) Declaração negativa de acumulação de cargo público, fornecida pela Secretaria de Administração do Estado – SEPLAG, podendo ser gerada no site <a href="https://www.seplag.ce.gov.br">www.seplag.ce.gov.br</a>.
- c) Declaração geral de não acumulação de cargo, emprego ou função pública (modelo no portal do TJCE);
- d) Declaração de Bens (modelo disponível no portal do TJCE);
- e) Declaração para Fins Previdenciários (modelo disponível no portal do TJCE);
- f) Declaração de Não Participação em Diretoria (modelo disponível no portal do TJCE);
- g) Declaração de Bons Antecedentes Administrativos (modelo disponível no portal do TJCE):
- h) Autorização de acesso aos dados de bens e rendas das declarações de ajuste anual do imposto de renda pessoa física (modelo disponível no portal do TJCE);
- i) Atestado de idoneidade moral firmado por uma das seguintes autoridades: magistrados(as), membros do Ministério Público, procuradores(as) ou delegados(as) de polícia (modelo disponível no portal do TJCE);
- j) Certidão negativa de antecedentes criminais expedidas pelos foros das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral dos locais de residência do candidato nos últimos 5 (cinco) anos;
- k) Laudo médico atualizado fornecido pela Célula da Perícia Médica da Secretaria de Planejamento e Gestão, localizada na Av. Oliveira Paiva, nº 941, devendo ser apresentada conforme agendamento a ser realizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas (lista de exames disponível no Portal do TJCE);
- Cancelamento do registro na Ordem dos Advogados do Brasil OAB, para candidatos(as) inscritos(as), ou declaração negativa de inscrição (sendo suficiente cópia autenticada), devendo sua apresentação ser

- feita até a data da sessão pública de posse;
- m) Para ocupantes de cargo ou emprego público, publicação de exoneração, suspensão de vínculo funcional ou vacância, devendo ser apresentada até a data da sessão pública de posse;
- n) Para ocupantes de cargo/emprego público, declaração do órgão de origem comprovando o vínculo funcional e o regime de previdência que estava vinculado, inclusive se inscrito no regime de previdência complementar, a fim de definir a que regime o servidor será enquadrado no Poder Judiciário, conforme determina a legislação;
- o) Certidão ou declaração idônea que comprove haver completado 3 (três) anos de atividade jurídica, em atendimento ao art. 93, inciso I, da Constituição Federal de 1988.
- 4) 02 (duas) fotos recentes 3x4

# **OBSERVAÇÕES**

- 1. Na hipótese de não haver interesse em assumir o cargo, o(a) candidato(a) deverá registrar, junto ao Tribunal de Justiça, Termo de Desistência com firma reconhecida (modelo disponível no portal do TJCE).
- 2. Os modelos dos documentos no Portal do TJCE estão disponíveis no seguinte caminho: <a href="www.tjce.jus.br">www.tjce.jus.br</a> / Cidadão / Concurso e Seleção / Documentação para Provimento em Cargo Efetivo.